

A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU

Analyzing Dilma Rousseff's foreign policy through the perspective of Brazil's official discourses at the UN

ANDRÉ LUIZ COELHO FARIAS DE SOUZA¹

VINICIUS SILVA DOS SANTOS²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as linhas de orientação da Política Externa Brasileira na gestão, ainda em curso, da presidenta Dilma Rousseff. Para tal fim, a pesquisa adota o discurso como meio de obtenção dos parâmetros para a análise da atuação internacional brasileira. Dessa forma, o presente trabalho dedicou o olhar aos indícios da posição do país derivada das declarações oficiais proferidas no âmbito das reuniões ordinárias da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que ocorre anualmente no mês de setembro. Sendo assim, recorreremos metodologicamente aos estudos desenvolvidos por Van Dijk (2003; 2006) numa perspectiva de análise ideológica da linguagem e do discurso, e as reflexões analíticas de Flores (2007), a partir do trabalho do linguista holandês.

Palavras – Chave: Política Externa Brasileira, Dilma Rousseff, Análise de Discurso.

Abstract: This article aims to analyze the guidelines of Brazilian Foreign Policy during the ongoing Dilma Rousseff administration. With this objective, the research deals with discourse as the means for obtaining the analytical parameters to understand Brazilian foreign policy. Thus, the paper sought to analyze the country's positions as derived from the official speeches given at the United Nations' General Assembly ordinary meetings that take place yearly in September. We resorted to Van Dijk's (2003; 2006) methodological studies on the ideological analysis of language and discourse's perspective and the analytical reflections of Flores (2007) derived from the Dutch linguist's work.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Dilma Rousseff, Discourse Analysis.

Introdução

A corrida presidencial do ano de 2010, que consagraria Dilma Rousseff a primeira presidenta mulher do Brasil, seria marcada pela constante referência ao fato de que a sua vitória seria a representação do projeto de continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Fernandes (2012, p.1), *“Dilma saiu vencedora na primeira disputa eleitoral em que concorreu, e tornou-se em pouco tempo a personalidade mais discutida no âmbito político e no cenário midiático brasileiro”*.

¹ Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (Iesp-Uerj). Endereço para correspondência: Rua Voluntários da Pátria, n. 107, Botafogo - Rio de Janeiro - Cep: 22270-000. E-mail: andreluizrj@gmail.com

² Graduado em Relações Internacionais (Unilasalle – RJ). E-mail: santos.vinicius18@gmail.com.

Recebido em 10 de fevereiro de 2014
Aceito em 17 de junho de 2014

Received on February 10, 2014.
Accepted on 17 June 2014

DOI: 10.12957/rmi.2014.10760

O apoio recebido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva podia ser medido por meio da evidente tentativa das peças publicitárias fazerem referência a suposta sincronia existente entre as duas personalidades. Sendo assim, “*as constantes relações anafóricas que insistem na retomada à personagem Lula para o interior do discurso é uma tentativa de aceitabilidade por filiação*” (Da Silva Fonseca & Rimes 2011, p. 366).

Embora a então candidata contasse com o apoio de seu predecessor, sua vitória foi vista com descrença pela mídia em função da sua herança política que a veiculava a uma imagem de fragilidade fazendo com que “*a imprensa internacional questionasse a suposta ‘falta de traquejo’ [...] a quem eram atribuídos os títulos de ‘guerrilheira’, ‘sisuda’, ‘sem carisma’, ‘sombra de Lula’ e ‘rigorosa’*” (Fernandes 2011, p. 1).

Assim, a Presidenta recém-eleita se deparava com a necessidade de imprimir um “*estilo de liderança próprio*” que pudesse fazer com que o estigma resultante da corrida eleitoral não representasse obstáculos a governabilidade ou a confiança de seu governo. Nesse contexto, tendo a corrida eleitoral à marca do esforço pessoal do ex-presidente Lula na participação da campanha, e o uso indiscriminado de Dilma Rousseff da imagem do seu cabo eleitoral mais representativo, do ponto de vista do discurso, Fonseca defende que “*as constantes retomadas anafórica que remontam a imagem de Lula e sua exaltação, referindo-se a ele como grande mestre são uma das marcas anafóricas produzidas pela discursante.*” (Fonseca 2011, p. 369) Assim, segundo Fernandes, “*A vitória de Dilma Rousseff representou a supremacia do discurso da continuidade*” (Fernandes 2011, p. 86).

Dessa forma, a meta deste artigo é analisar as linhas de orientação da Política Externa Brasileira na gestão, ainda em curso, da presidenta Dilma Rousseff. Para tal fim, a pesquisa adota o discurso como meio de obtenção destes parâmetros de atuação internacional brasileira. Dessa forma, o presente trabalho dedicou o olhar aos indícios da posição brasileira derivada das declarações oficiais proferidas pelo país no âmbito das reuniões ordinárias da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que ocorre anualmente.

O indício da validade do questionamento presente neste estudo pode ser verificado no pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores da gestão Rousseff quando este assume o cargo mais representativo no MRE. Na voz do Ministro: “*Orientaremos a ação externa do Brasil preservando as conquistas dos últimos anos e construindo sobre a base sólida das realizações do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*” (MRE 2011, s/p).

Assim, este artigo está estruturado da seguinte maneira: a) análise do discurso: abordagens e potencial de análise; b) a instrumentalização do discurso como orientador das análises; c) o discurso na gestão Rousseff.

Discurso como instrumento de análise

Destarte, antes de incorrer em qualquer empreendimento acerca do papel do discurso na construção de conhecimento, cabe ressaltar que a Análise do Discurso, doravante designada simplesmente como AD, não pode ser entendida unicamente como uma simples metodologia, já que é multi e interdisciplinar. Em função disso, cabe ressaltar que a AD possui um arcabouço teórico diversificado bem como incorporou contribuições e pressupostos epistemológicos de diversas áreas do conhecimento. (Van Dijk 2004, p. 22).

Wood & Kroeger (2000) salientam que a pluralidade de perspectivas pode gerar confusões aos estudiosos que iniciem seus estudos nesta abordagem/objeto. De acordo com esses autores, a referida pluridimensionalidade é mesmo fundacional e neste sentido, fundamental para a compreensão da Análise do discurso, bem como do seu potencial metodológico.

Neste sentido, e de maneira complementar, recorrendo novamente a Wood & Kroger (idem), no estudo sobre discurso há diversas perspectivas sobre a natureza da linguagem bem como sua relação com questões que permeiam as ciências sociais. Assim, “*a Análise do Discurso representa um conjunto relacionado de abordagens ao Discurso, abordagens que acarretam não só práticas de recolha de dados e de análise, mas também um conjunto de assunções metateóricas e teóricas.*” (Nogueira 2001, p.12)

Neste trabalho, a análise do discurso foi empreendida para apreciação dos discursos da Presidenta do Brasil nos anos de 2011, 2012 e 2013, no âmbito da abertura da Assembleia Geral da ONU³, que ocorre todo ano, na terceira terça-feira de setembro. A adoção do discurso brasileiro realizado neste âmbito se deu pelo grau de congeneridade dos instrumentos de análise admitidos pela regularidade (anual) dos pronunciamentos. A importância dada a este instrumento de análise se dá na medida em que o pronunciamento do país expõe, segundo a própria chancelaria, Amorim⁴ (2007), Lampreia⁵ (2007), Seixas⁶ (2007), e também da presidência Rousseff⁷ (MRE, 2013) as diretrizes da ação internacional brasileira.

Segundo Van Dijk, a Análise do Discurso empreende uma leitura atenta não só dos elementos textuais que compõem o instrumento de pesquisa, mas também observa o contexto em que este se insere na busca de compreender sua organização, conteúdo e funções. A Análise ideológica da linguagem e do discurso, como é definida a abordagem desenvolvida pelo autor, enfatiza o papel que a ideologia exerce na construção discursiva. Nesta perspectiva, as ideologias podem ser “descobertas” por meio de leitura atenta, compreensão e análise sistemática do discurso em que “os usuários expressam suas ideologias explícita ou inconscientemente através da linguagem e comunicação.” (Van Dijk 2007, p.135).

Em direção aos recursos metodológicos presentes na perspectiva ideológica do discurso proposta por Van Dijk (2003) o autor observa as “*estruturas do discurso ideológico*” e discorre sobre a estratégia, ou seja, a prática geral de análise ideológica do discurso. Assim, a regra basilar de sua análise consiste em dizer coisas positivas sobre “*Nós*” e coisas negativas sobre “*Eles*” (idem, p.44). O autor salienta que a contraposição entre o “*Nós*” e o “*Eles*” objetivando enfatizar o papel do “*Nós*” seguindo uma dinâmica dialógica é característica da interação e da forma de falar sobre “*Nós*” e os “*Outros*”. Segundo Flores (2007), “*uma ideologia pressupõe, simultaneamente, uma forma de se ‘auto representar’ e de representar os outros que permite sintetizar as crenças coletivas e os critérios da identificação dos membros do grupo, isto é, do NÓS em relação a um ELES*” (idem, p. 45). Para esse fim, a pesquisa lançará mão de quatro mecanismos textuais propostos pelo próprio Van Dijk (2003) e um quinto dispositivo desenvolvido por Flores (2007) em trabalho posterior tendo por base o trabalho do linguista holandês, a saber: *Representação do contexto internacional* (Flores 2007, p.46).

³ Ver: Muniz *apud* Seixas, 2007

⁴ Ver: Amorim in Seixas 2007, p.14

⁵ Ver: Lampreia in Seixas 2007, p.19

⁶ Ver: Seixas 2007, p.15

⁷ Ver: Rousseff 2013, s/p

Figura 1. Mecanismos textuais da Análise do Discurso

<i>Representação do contexto internacional</i>	<i>Temas</i>	<i>Implícitos</i>	<i>Contraste</i>	<i>Representação dos atores</i>
<p>Na busca de identificar seu papel no contexto internacional, à atuação internacional do país, tende a identificar o ambiente em que operam as relações internacionais e, desta forma, avaliar seu papel; possibilidades ou condicionantes acerca de seu comportamento, ou seja, em última instância sua política externa (Van Dijk, 2003 p. 44). Com efeito, “as representações que são explicitadas sobre a situação internacional são importantes para detectar as percepções sobre as condições nas quais o próprio país deveria lidar com esse contexto mundial e regional” (Flores, 2007 p. 46).</p>	<p>A ênfase empregada em determinados temas funcionariam como medida de identificação dos tópicos que são considerados importantes na manutenção da imagem positiva do “Nós”. Por conseguinte, a omissão de determinados temas demonstram a adoção de medidas que impeçam a emergência de fatores que favoreçam a imagem do “Eles” (Van Dijk, 2003 p. 44). Igualmente, “Existem os temas nos quais NÓS estamos interessados e deles vamos falar com maior ênfase do que os temas dos OUTROS, dos quais provavelmente não vamos sequer falar.” (Flores, 2007 p. 46)</p>	<p>Ao recorrer a esta ferramenta textual o enunciador tem por objetivo omitir percepções negativas acerca do “Nós”. Embora possa ser utilizada como recurso que “explicita apenas uma parte da informação que quer ser comunicada esperando que o receptor complete o resto, lançando mão do conhecimento prévio que já tem do fato ou dos referentes comuns compartilhados com o emissor.” (Flores, 2007 p. 46)</p>	<p>Segundo Flores, entende-se contraste, na perspectiva da análise ideológica do discurso, na medida em que “refere-se as práticas discursivas que contrapõem de forma polarizada o NÓS com os OUTROS” (Flores, 2007 p. 46). Neste sentido, a polarização é indicada semanticamente por meio do contraste. (Van Dijk, 2003 p. 49)</p>	<p>Na dinâmica que estrutura a análise ideológica do discurso a polarização do Nós e Eles tem papel fundamental na obtenção dos resultados. Portanto, “a forma em que são representados os atores define a delimitação entre NÓS e os OUTROS.” (Flores, 2007 p. 46)</p>

Política Externa Brasileira e discurso na Gestão Rouseff

Nessa seção aplicamos à prática geral da análise ideológica do discurso aos pronunciamentos brasileiros na ONU. Cabe salientar que em setembro de 2011 quando realizada a 66ª AGNU, em Nova Iorque (EUA), na sede da Organização das Nações Unidas, sob os olhares atentos da mídia, a tribuna do organismo seria palco para um acontecimento histórico: era a primeira vez que uma mulher daria início à sessão da reunião ordinária anual. Ainda que resultante de uma contingência histórica, em função de ser o Brasil que tradicionalmente dá início aos trabalhos, o fato preserva representatividade na medida em que a Presidente Dilma reforça este caráter.

Discurso Presidenta Dilma Rouseff

LXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU (Nova York, setembro de 2011).

a) Representação do contexto internacional

O pronunciamento teria como reflexo do contexto internacional a importância delegada à crise econômica mundial como elemento de condicionamento da ação dos Estados. Logo, nas palavras da presidenta, “O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política” (Rouseff, 2011). Somado a isto, em novo trecho declara que “Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações” (idem).

b) Temas

- Gênero
- Crise econômica
- Brasil e a crise
- Reforma das instituições financeiras
- Papel dos emergentes
- Primavera Árabe
- Paradigmas da Política Externa Brasileira
- Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas
- Meio ambiente

c) Implícitos

O Brasil apresenta regularmente e de maneira implícita sua posição afirmativa em reafirmar suas *credenciais* na busca de ocupar um lugar proeminente no sistema internacional, tendo a reforma dos organismos internacionais sua marca. Neste sentido, diz a presidenta: “Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.” (Rouseff, 2011)

d) Contraste

A exposição recorre ao contraste quando apresenta o quadro econômico brasileiro e legitima o discurso afirmativo do país acerca do tema. Neste sentido, a chefe de Estado afirma ser “significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos” (idem).

O reforço de uma imagem de preponderância a respeito da situação econômica brasileira está presente na seguinte asserção “como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda” (idem).

e) Representação dos atores

Na primeira seção do seu pronunciamento a presidenta tratou de evidenciar o momento histórico que a Assembleia Geral vivenciava pelo fato do debate ser inaugurado por uma mulher. Assim, trata de certa maneira as questões de gênero por meio da afirmação “Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.” (idem).

O pronunciamento recorre à definição de novos papéis a serem desenvolvidos pelos países emergentes e desenvolvidos. Em concordância com esta afirmação

“Um novo tipo de cooperação, entre **países emergentes e países desenvolvidos**, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais” (idem).

Discurso Presidenta Dilma Rousseff

LXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU (Nova York, setembro de 2012).

a) Representação do contexto internacional

Assim como ocorrido em 2011, a crise econômica representava a tônica que definiria o contexto internacional em que o pronunciamento brasileiro estaria embebido. “A grave crise econômica, iniciada em 2008, ganhou novos e inquietantes contornos. A opção por políticas fiscais ortodoxas vem agravando a recessão nas economias desenvolvidas com reflexos nos países emergentes, inclusive o Brasil” (Rousseff, 2012).

A Segurança Internacional também marcaria sua narrativa. De maneira emblemática, a questão Síria é observada no seguinte trecho: “Hoje, assistimos consternados à evolução da gravíssima situação da Síria. O Brasil condena, nos mais fortes termos, a violência que continua a ceifar vidas nesse país.” (idem).

O multilateralismo teria espaço no discurso ao tratar da realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no seguinte trecho, “O multilateralismo está hoje mais forte depois da Rio+20.” (idem). E a importância da Conferência pode ser observada por meio da seguinte asserção “A Rio+20 projetou um poderoso fecho de luz sobre o futuro que queremos. Temos de levá-lo avante. Temos a obrigação de ouvir os repetidos alertas da ciência e da sociedade, no que se refere à mudança do clima.” (idem).

b) Temas

- Gênero
- Crise financeira

- Primavera árabe
- Crise Síria
- Islamofobia
- Reconhecimento da Palestina
- Governança econômica mundial
- Reforma Conselho de Segurança
- Meio Ambiente
- Integração Regional

c) Implícitos

A presidenta foi enfática ao tratar dos resultados obtidos com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, afirmando que “O documento final que aprovamos por **consenso** no Rio de Janeiro não só preserva o legado de 1992, como constitui ponto de partida para uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI.” (Rousseff, 2012, grifo nosso). Assim fica implícita a defesa à força diplomática brasileira em articular e obter ganhos no campo da negociação.

d) Contraste

Com relação à Rio + 20, e a participação brasileira “As Nações Unidas tem pela frente uma série de tarefas delegadas pela Conferência do Rio, **somos parceiros**. Menciono aqui, em particular, a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.” (idem, grifo nosso).

No seu discurso o contraste recai sobre as questões ambientais na medida em que a presidente assinala o progresso brasileiro em relação ao tema “O governo brasileiro está firmemente comprometido com as metas de controle das emissões de gás de efeito estufa e com o combate, sem tréguas, ao desmatamento da Floresta Amazônica”. (idem).

Na medida em que dialoga com o contexto internacional, a saber, de crise econômica, o enunciador lança mão do contraste ao enfatizar a maneira como o Brasil enfrentou este cenário. “**Meu país tem feito a sua parte**. Nos últimos anos mantivemos uma política econômica prudente, acumulamos reservas cambiais expressivas, reduzimos fortemente o endividamento público e com políticas sociais inovadoras.” (idem, grifo nosso).

e) *Representação dos atores*

A presidente dá início ao seu pronunciamento tratando das questões de gênero assim como feito no ano anterior. Na voz da estadista *“Mais uma vez uma voz feminina inaugura o debate na Assembleia Geral das Nações Unidas.”* (idem). O pronunciamento delegará importância singular também à região Sul-Americana. De acordo com esta concepção, a presidenta afirma que *“Nossa região é um bom exemplo para o mundo. O Estado de Direito que conquistamos com a superação dos regimes autoritários que marcaram o nosso continente está sendo preservado e está sendo fortalecido.”* (idem) Em adição, complementa, *“Para nós, a democracia não é um patrimônio imune a assaltos, temos sido firmes, - Mercosul e Unasul - quando necessário, para evitar retrocessos porque consideramos integração e democracia princípios inseparáveis.”* (idem).

Discurso Presidenta Dilma Rousseff

LXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU (Nova York, setembro de 2013).

a) *Representação do contexto internacional*

A presidenta iniciou suas considerações na abertura na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas abarcando a interceptação de informações americana por meio da Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) da qual o país foi alvo. A revelação expôs que, entre as informações colhidas pelo programa de espionagem americano, encontravam-se *“dados pessoais de cidadãos”, “informações empresariais – muitas vezes de alto valor econômico e mesmo estratégico”* bem como oriundas de *“representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República”* (Rousseff 2013, s/p). Sendo assim, *“imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas”* (idem: s/p).

b) *Temas*

- Atentado Quênia;
- Espionagem;
- Direito Internacional / soberania;

- Direitos Humanos / liberdades civis;
- Relação Brasil – EUA;
- Segurança Estratégica;
- Resultados RIO+20;
- Manifestações no Brasil;
- Reforma das Instituições Internacionais;
- Multilateralismo.

c) *Implícitos*

Tendo ocupado maior parte do pronunciamento brasileiro, a espionagem foi alçada a tema de caráter não só bilateral, mas tópico a ser tratado de maneira conjunta entre o concerto das nações. Nas palavras da presidenta, *“as tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados”* (idem, s/p). Segundo Dilma, *“o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam”* (idem, s/p).

d) *Contraste*

No trecho em que trata da temática da fome, pobreza e desigualdade, a presidenta salienta as políticas que o país adotou nessa esfera, exaltando o sucesso de um dos programas de maior relevância do período, que teve início na gestão de seu antecessor. Na voz da oradora, *“adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, [...] na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família”*. (idem, s/p)

e) *Representação dos atores*

Ao tocar na Agenda de Desenvolvimento pós-2015, a declaração afirma a necessidade de ter como referencial os resultados obtidos na *“Rio + 20”*. Dessa maneira, e correlacionando a pobreza e a questão ambiental, o discurso salienta que uma das vitórias da Conferência foi a de *“colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável”* (idem, s/p). Em adição, reacende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferencia ao afirmar que *“a pobreza, senhor presidente, não é um problema exclusivo dos*

países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada. (idem, s/p)

No momento em que trata da necessária reformulação do regime econômico internacional, afirma que o país segue apoiando a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). E de maneira complementar declara que “*a governança do fundo deve refletir o peso dos países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. A demora nessa adaptação reduz sua legitimidade e sua eficácia.*” (idem, s/p. grifo nosso).

Ao fazer alusão ao 70º aniversário da ONU, a presidenta reafirma a crença na reforma do organismo como meio de “*sanar o atual déficit de representatividade e legitimidade do Conselho*”. A cargo de exemplificação, a oradora cita os casos da Síria e a questão Árabe – Israelense como momentos em que o Conselho de Segurança encontrou dificuldades em lidar com “*os novos desafios do século XXI*”. Nesse contexto, a reforma do organismo volta ao centro do debate numa direção que busca “*dotar o Conselho de vozes ao mesmo tempo independentes e construtivas*” (Rousseff 2013, s/p). No entanto, a ampliação de atores no palco decisório tende a ter por foco “*a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas as categorias*” (idem, s/p. grifo nosso).

5. Considerações Finais

Nas considerações finais desse trabalho, marcaremos as principais características da política externa de Dilma Rousseff obtidas por meio da análise de discurso dos pronunciamentos da presidente nas reuniões anuais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Inicialmente, realizaremos uma breve digressão para tratar, ainda que não extensivamente, dos substanciais atributos de administrações anteriores, para em seguida apontar as especificidades da atuação internacional na gestão Rousseff.

Nesse sentido, podemos perceber continuidades e diferenças entre a política externa de FHC e Lula

principalmente no campo das escolhas de diferentes estratégias para a obtenção de um objetivo relativamente semelhante: desenvolver economicamente o Brasil e preservar a sua autonomia.

Ao traçar paralelos de orientação da Política Externa Brasileira no período Lula vis a vis a administração FHC, Vigevani e Cepaluni (2007) defendem que não houve na gestão Lula um afastamento do princípio de instrumentalização da política externa em vista ao desenvolvimento econômico bem como na preservação da autonomia do país. Sendo assim, para os autores, não existe uma ruptura de paradigmas históricos na virada Cardoso/Lula.

Já em relação a execução de seus objetivos, Vigevani e Cepaluni (2007) percebem algumas modificações, como por exemplo a relação com os Estados Unidos. Ao observarem a relação do Brasil-EUA nos dois períodos, os autores indicam a modificação de um momento fortemente cooperativo, muito presente em FHC, e a alternância das metas diplomático-econômicas brasileiras em Lula. Nesse sentido, “o critério que passou a reger as relações com os Estados Unidos, a partir de 2003, foi o da não-exclusividade”. Nesse contexto, os autores apontam a opção pela diversificação de parcerias tendo a Cooperação Sul-Sul como via de execução desta estratégia.

Após o tratamento dos dados, as análises resultantes permitiram a extração de elementos importantes que indicam a opção do governo Rousseff de evidenciar a continuidade em alguns temas específicos, que serão tratados nas próximas linhas. Assim, no aspecto econômico, se observa a retórica que salienta o desenvolvimento econômico aliado à responsabilidade social, ou seja, “*o crescimento com distribuição de renda*”, uma constante nos pronunciamentos.⁸ Ainda no âmbito econômico, o discurso coloca como uma herança a manutenção do equilíbrio macroeconômico bem como a redução das vulnerabilidades oriundas das externalidades consubstanciadas pelo pagamento da dívida com o FMI. Ademais, se manteve a defesa à posição ativa do país frente à crise econômica como resultado das políticas adotadas pelas duas gestões.

⁸ Para mais detalhes, ver Coelho e Santos, 2013.

No âmbito da integração, o Cone Sul representado pelo Mercosul e numa perspectiva mais ampla, a América do Sul, representada pela Unasul permaneceram na agenda de atuação brasileira inclusive no aspecto da redução das desigualdades regionais.

Não obstante, a partir da análise dos dados não se pode conferir aos dois governos (Lula e Dilma) continuidade absoluta ainda que guardem uma ligação umbilical partidária e evidente durante a corrida eleitoral. A seguir evidenciaremos as principais diferenças entre a política externa de ambos os períodos. A título de ilustração, o Brasil adotou uma posição contrária ao Irã no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em oposição ao não posicionamento característico da gestão anterior.

Um dos principais tópicos defendidos por Dilma em seus discursos – inclusive um dos primeiros a serem externalizados – consiste em marcar a importância do tema “gênero” na política internacional. Provavelmente, por ter sido eleita a primeira presidente mulher do Brasil, Dilma em seu pronunciamento de estreia na assembleia da ONU, pontuou historicamente o fato do púlpito da Organização ter pela primeira vez que “*uma voz feminina que inaugurava o Debate Geral*”. (Rousseff, 2011). Não obstante, a presidenta afirmava dividir sua emoção com mais da metade dos seres humanos que “*nasceram mulher – e que, com tenacidade estão ocupando o lugar que merecem no mundo*”. (Rousseff, 2011).

Outro tema muito presente em seus discursos, mesmo não constitua uma tradição na política externa brasileira, foi a agenda de segurança no Oriente Médio, expressos na ênfase da Primavera Árabe e do conceito de Responsabilidade ao Proteger. No diálogo com as questões de Segurança Internacional, as análises dos discursos evidenciaram a contribuição conceitual defendida pelo Brasil a partir destes acontecimentos, como princípio da “*responsabilidade ao proteger*”⁹.

O Brasil sempre lutará para que prevaleçam as decisões emanadas da ONU. Mas queremos ações legítimas, fundadas na legalidade internacional. Com esse espírito, senhor presidente, defendi a necessidade da “responsabilidade ao proteger” como complemento necessário da “responsabilidade de proteger”. (Rousseff, 2012)

Neste sentido, ainda que a questão Síria tenha alcançado significativa importância na agenda da política internacional, notou-se a ausência da defesa do mecanismo no discurso ocorrido em 2013, privilegiando uma abordagem sobre o tema da espionagem internacional, quebrando com uma incipiente reaproximação com os Estados Unidos.

Esse movimento em direção aos EUA foi percebido na escolha do chefe da “*casa de Rio Branco*”. Na ocasião, Dilma optou pelo diplomata Antônio de Aguiar Patriota, que além de ter sido Secretário Geral do Ministério, teve seu papel de maior destaque ao servir o país como Embaixador em Washington. Nesse sentido, em visita aquele país em abril do ano de 2012, a presidenta defendeu uma “*agenda do século 21*” entre Brasil e Estados Unidos. A ida da presidenta ocorreu um ano após o país receber o presidente Barack Obama no Brasil, que foi amplamente divulgada por periódicos norte-americanos.

Tal reconciliação embrionária foi interrompida pela descoberta das ações de perpetradas por agências de inteligência dos EUA que feriam princípios do Direito Internacional ao direcionarem a espionagem ao país. Em resposta, a mandatária proferiu críticas contundentes ao programa estratégico norte-americano. Sobre as expectativas brasileiras nesse tema, disse a presidenta: “fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.” (Rousseff 2013, s/p. grifo nosso).

A consequência da revelação do programa de inteligência da potência do Norte resultou na postergação da visita oficial que Dilma Rousseff faria aquele país. De acordo com Dilma, “*Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.*” (idem, s/p) Segundo Senhoras (2013), “*o fato de ter sido rotulada como um adiamento supõe que ela pode ser retomada assim que o clima se tornar mais favorável*” (Senhoras 2013, s/p).

Em resumo, a análise dos discursos da presidenta Dilma nos mostrou uma continuidade significativa em

⁹Ver: MRE, nota imprensa, 21 de fevereiro de 2012.

relação a defesa das diretrizes adotadas pelo governo Lula no que diz respeito a agenda econômica e social, evidenciando uma dependência de trajetória nesses temas. Contudo percebemos também a preferência por caminhos autônomos em determinadas linhas de atuação em política externa, a saber: gênero,

Segurança Internacional (em especial a Primavera Árabe) e as relações com os Estados Unidos, marcadas por uma breve reaproximação interrompida pela descoberta das operações de espionagem praticadas por esse país em relação aos interesses brasileiros.

Referências:

Amorim, C. (1993). 'Apresentação da Segunda Edição', in Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.) (2007), *O Brasil nas Nações Unidas*. Brasília, FUNAG, pp. 569-578.

Coelho, A. L. & Santos, V. S. (2013). 'Política Externa Brasileira e discurso: as gestões Lula da Silva numa análise duplo-espelhada'. *Observador on-line*, v. 8, pp. 1-22.

Da Silva Fonseca, D. & Rimes, A. L. de O. C. (2011). 'O Uso Dos Mecanismos Coesivos No Discurso De Dilma Rousseff'. *Revista Philologus*, Ano 17, nº 51, set./dez.2011 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 366.

Fernandes, C. M. (2011). 'A liderança da presidente Dilma Rousseff na mídia internacional: uma análise dos jornais Le Monde, El País e New York Times'. *IX Congresso do LUSOCOM*.

_____. (2012). 'As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro'. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, 5(14), pp.69-85, jun.-set.

Flores, F. I. P. (2007). *Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990 – 2006)* / Fidel Irving Pérez Flores - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS.

Lampraia, L. F. (2007). 'Apresentação da Primeira Edição', in: Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.). *O Brasil nas Nações Unidas*. Brasília, FUNAG, pp. 569-578.

Ministério das Relações Exteriores. (2013). Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-dobrasil/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua-24-09-2013> . Acessado em: 22 de outubro de 2013.

Ministério Das Relações Exteriores. (2011). Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/discorso-doministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-1> . Acessado em: 19 de fevereiro 2013.

Nogueira, C. (2001). 'A análise do discurso', in L. Almeida e E. Fernandes (eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação*. Braga: CEEP.

Rousseff, D. (2011), 'Discurso no Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas'. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta> . Acessado em 10 de novembro de 2011.

_____. (2012), 'Discurso no Debate Geral da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas'. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta> . Acessado em 10 de setembro de 2012.

Seixas Corrêa, L. F. de (Org.) (2007). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília, FUNAG.

Senhoras. E. M. (2013). A autonomia relativa do Itamaraty diante de deslizos e desgastes diplomáticos. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/08/31/a-autonomia-relativa-do-itamaraty-diante-de-deslizos-e-desgastes-diplomaticos-por-eloi-martins-senhoras/> . Acessado em: 19 de setembro de 2013.

Van Dijk, T. A. (2003). *Ideology and discourse. A Multidisciplinary Introduction*. Pompeu Fabra University, Barcelona.

_____. (2004). 'Ideology and discourse analysis'. *Paper symposium on ideology*, Oxford University, September 2004.

_____. (2006), 'Ideology and discourse analysis'. *Journal of Political Ideologies*, 11 pp. 115-140.

Vigevani, T. & Cepaluni, G. (2007). 'A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação'. *Contexto internacional*. Rio de Janeiro, 29(2), Dec.

Wood, L. A. & Kroeger, R. O. (2000). *Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text*. London: Sage Publications.